
Páramos na Colômbia: uma breve reflexão sobre as ameaças e resistências atuais

*Humilde brota a água de líquens e pedras
como se saísse da alma da terra
uma enxurrada de sentimentos ...
(Efraín Gutiérrez Zambrano)*

O páramo é um sistema de vida das altas montanhas andinas de países como Equador, Peru, Venezuela e Colômbia – sendo que este último abriga mais da metade da área de páramos no planeta. Na Colômbia, essa paisagem geralmente é composta de gramíneas, espeletia, alecrim, árvores anãs, depressões nubladas, cultivos, gado e camponeses encasacados, de bochechas vermelhas.

A importância dos páramos não é desconhecida dos colombianos, já que fornecem cerca de 70% da água à população. Precisamente, as condições ecológicas são adequadas ao nascimento de muitos rios importantes, como o Cauca, o Magdalena e o Meta, entre outros.

Além disso, o páramo tem sido historicamente uma área cada vez transformada pelos seres humanos. É onde aconteceram as vivências milenares de numerosas comunidades, que, por sua vez, têm desenvolvido várias formas culturais e de produção adaptadas às condições altoandinas.

Essas características são razões importantes para que os páramos sejam concebidos como uma zona de vida fundamental para a sobrevivência de milhões de habitantes do campo e da cidade. No entanto, os da Colômbia estão sendo transformados, deteriorados e, mais do que isso, estão desaparecendo.

Historicamente, os páramos da Colômbia foram territórios disputados, mas, nos últimos anos, têm sido promovidas políticas que favorecem o investimento estrangeiro no desenvolvimento extrativista. Hoje, mais do que nunca, isso ameaça sua estabilidade, seus processos ecológicos e as populações locais que o habitam e vivem dele.

Assim, eles estão experimentando uma rápida deterioração de suas condições ambientais. Uma deterioração muito mais rápida e irreparável do que a propiciada pela agricultura e pela pecuária extensivas. Em particular, a política do governo de Juan Manuel Santos I (2010-2014) e suas locomotivas de desenvolvimento, com a proposta de ter a mineração e a energia como principais motores do desenvolvimento do país, tentou entregar os páramos e as montanhas da Colômbia aos interesses transnacionais de exploração e produção.

Embora sejam legalmente protegidos na Colômbia, o Estado e empresas nacionais e estrangeiras têm ignorado a Constituição Política e a legislação nacional ao ampliar suas atividades nesses

territórios. Felizmente, os processos de resistência camponesa e urbana em diferentes áreas de nossas altas montanhas conseguiram não só denunciar e dar visibilidade aos numerosos abusos das empresas em seus territórios, mas também vêm interrompendo essas atividades destrutivas da vida e as expulsando.

As comunidades organizadas têm refletido sobre o território, encontrando linhas de ação eficazes para defendê-lo. A água tem sido o principal eixo articulador de suas lutas, e os grupos de mulheres (setor social especialmente vulnerável às ameaças extrativistas) têm se destacado por sua participação constante e suas reflexões propositivas. Especificamente, alguns processos altoandinos de resistência têm inspirado outras comunidades que enfrentam as mesmas ameaças em seus territórios.

Em 2010, após quase 20 anos de organização contra atividades de mineração no páramo El Almorzadero, a comunidade do município de Cerrito (Santander), articulada na “Comissão de Vigilância para a Proteção do Páramo”, conseguiu, através de um mecanismo de participação cidadã chamado Iniciativa Popular Normativa, que o Conselho Municipal de Cerrito excluísse o El Almorzadero da mineração. Esta iniciativa popular inspirou a implementação de mecanismos de participação em diversas regiões do país.

Outro dos casos mais representativos foi a organização e a mobilização massivas contra a exploração de ouro no páramo de Santurbán pela mineradora Greystar, hoje chamada Eco Gold Minerals Co. Essa mobilização atingiu até 40.000 pessoas em Bucaramanga e se somou a manifestações em Bogotá e Cúcuta, sendo liderada pelo Comitê em Defesa do Páramo do Santurbán, em 2011.

Além disso, desde 2013, as comunidades camponesas do município de Tasco vêm defendendo o páramo de Pisba (Boyacá) das atividades extrativistas da multinacional Hunza Coal. Camponesas e camponeses organizados acamparam ali durante 28 dias para impedir a entrada do maquinário da empresa. O acampamento tornou-se um espaço adequado para fazer as articulações necessárias e organizar ações que hoje continuam acontecendo para defender o território altoandino.

Portanto, para defender o páramo, as comunidades camponesas vêm protestando, fazendo manifestações, bloqueando e denunciando um modelo extrativista que tenta entregar as montanhas do país às transnacionais, em um esforço conjunto para expulsar as comunidades desses territórios. Paralelamente, construíram alternativas a partir de um modelo de produção agrícola, protetor e guardião de seus territórios, propuseram formas de ordenamento territorial que estejam de acordo com populações e regiões, exercendo o direito soberano de decidir sobre as vocações econômicas e produtivas desses territórios.

Exigimos que as montanhas altas sejam áreas livres e sejam excluídas de projetos de mineração e energia e de corporações transnacionais!

Que as montanhas altoandinas, suas águas e florestas nubladas continuem a coexistir com seus camponeses encasacados!

Censat Agua Viva- Amigos de la Tierra-Colombia

Para mais informações: www.censat.org

